



**AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS
DO ESTADO DO CEARÁ - ARCE**

Concurso Público para provimento de cargos de
**Analista de Regulação
Economista**

Caderno de Prova, Cargo E05 , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Outubro/2006

CONHECIMENTOS GERAIS

FUNDAMENTOS DA ECONOMIA

1. É um dos motivos para que ocorram as chamadas falhas de mercado, ou seja, situações em que os mercados não funcionam de forma a assegurar a eficiência econômica:

- (A) grande número de compradores e vendedores.
- (B) economias de aglomeração.
- (C) economias constantes de escala.
- (D) mercado pulverizado.
- (E) informações assimétricas.

2. Os economistas definem curto prazo como sendo o período de tempo em que pelo menos um dos fatores de produção é fixo. Na análise econômica dos custos de produção, no curto prazo,

- (A) o valor do custo médio é mínimo quando for igual ao valor do custo marginal.
- (B) os custos fixos médios são constantes.
- (C) os custos variáveis médios são constantes.
- (D) o valor do custo marginal é mínimo quando for igual ao valor do custo médio.
- (E) a diferença entre o valor do custo médio e do custo variável médio é sempre igual, qualquer que seja o nível de produção.

3. Na teoria microeconômica convencional, o equilíbrio de uma empresa em qualquer tipo de mercado é alcançado quando

- (A) o preço de mercado for igual ao custo médio de produção.
- (B) a receita marginal for igual ao custo marginal.
- (C) o preço de mercado do produto for igual ao custo marginal.
- (D) a receita média das vendas for igual ao custo médio de produção.
- (E) o preço de mercado for superior ao custo marginal.

4. É característica do monopólio natural

- (A) o controle estratégico do recurso natural necessário à fabricação do produto.
- (B) a autorização legal concedida pelo governo para exploração de um recurso natural por uma única empresa.
- (C) a propriedade de uma patente que impeça as outras empresas de fabricar o produto.
- (D) a existência de economias de escala significativas no longo prazo.
- (E) a existência de discriminação de preços de terceiro grau.

5. Considere as proposições, a seguir, relativas ao processo de desestatização ocorrido na economia brasileira nos anos 90:

- I. A desvalorização cambial promovida pelo Governo no início de 1999 veio dar um novo impulso ao processo de privatização das empresas estatais dos setores de siderurgia e da indústria química.
- II. A fase de privatização, na primeira metade da década de 1990, privilegiou o setor de serviços públicos, com destaque para os setores de telecomunicações e de energia elétrica.
- III. O processo de privatização teve entre seus objetivos o de utilizar os recursos das vendas das estatais para reduzir o estoque da dívida pública e torná-lo menos sensível às variações das taxas de juros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

REGULAÇÃO

6. Tendo em vista as modalidades de extinção do contrato de concessão para a prestação de serviços públicos, ocorre a encampação quando há

- (A) rescisão unilateral do contrato de concessão por motivo de interesse público.
- (B) rescisão por inadimplemento contratual.
- (C) desinteresse da concessionária em prosseguir na execução do serviço.
- (D) previsão para a extinção do contrato após decorrido o prazo estabelecido.
- (E) perda do objeto relacionado à prestação do serviço.

<p>7. A legislação vigente prevê algumas hipóteses em que o concessionário pode, licitamente, paralisar ou interromper a execução do serviço. Dentre essas hipóteses incluem-se</p> <p>(A) razões de ordem técnica ou segurança das instalações e imposição de prazos rigorosos ao contratado.</p> <p>(B) inadimplemento do usuário e razões de ordem técnica ou segurança das instalações.</p> <p>(C) inadimplemento do usuário e aplicabilidade da <i>exceptio non adimplemmenti contractus</i> contra a Administração por descumprimento de normas contratuais.</p> <p>(D) desinteresse da concessionária em continuar a prestar o serviço e razões de ordem técnica ou segurança das instalações.</p> <p>(E) ausência de fiscalização pelo poder concedente e inadimplemento do usuário.</p>	<p>10. São agências previstas especificamente como órgãos reguladores pela Constituição Federal de 1988:</p> <p>(A) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Agência Nacional de Águas (ANA).</p> <p>(B) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).</p> <p>(C) Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).</p> <p>(D) Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).</p> <p>(E) Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Agência Nacional de Transporte Aquaviários (ANTAQ).</p>
<p>8. São princípios inerentes ao regime jurídico de concessões dos serviços públicos:</p> <p>(A) qualidade e irregularidade.</p> <p>(B) cortesia e pontualidade.</p> <p>(C) faculdade de prestação e neutralidade.</p> <p>(D) insegurança e gratuidade.</p> <p>(E) modicidade nas tarifas e universalidade.</p>	<p>11. O Projeto de Lei que dispõe sobre a organização e o controle social das agências reguladoras estabelece, no que toca à interação entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa da concorrência, que</p> <p>(A) as agências, no exercício de suas atribuições, quando tomarem conhecimento de fato que possa configurar infração à ordem econômica, deverão comunicar aos órgãos de defesa da concorrência para as providências cabíveis.</p> <p>(B) a instrução de processos administrativos para posterior envio às agências para julgamento cabe ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).</p> <p>(C) os órgãos de defesa da concorrência na análise de atos de concentração não poderão solicitar pareceres técnicos às agências.</p> <p>(D) os órgãos de defesa da concorrência devem fiscalizar as práticas de mercado para auxiliar as agências na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência.</p> <p>(E) a decisão final a respeito de atos de concentração e condutas anticoncorrenciais cabe à agência.</p>
<p>9. Antes da edição da Constituição Federal e das agências reguladoras que foram criadas após 1988, já existiam entes estatais com funções reguladoras, dentre os quais inclui-se o</p> <p>(A) Departamento Nacional do Açúcar.</p> <p>(B) Instituto Nacional do Café.</p> <p>(C) Instituto do Café e Álcool.</p> <p>(D) Departamento Nacional de Energia Elétrica.</p> <p>(E) Departamento Nacional do Petróleo.</p>	<p>12. Dentre as características que denotam as atividades das agências reguladoras, enquanto autarquias de regime especial, inclui-se a</p> <p>(A) personalidade jurídica de direito privado.</p> <p>(B) instabilidade dos mandatos de seus dirigentes.</p> <p>(C) dependência financeira.</p> <p>(D) autonomia em relação à Administração Direta.</p> <p>(E) dependência patrimonial.</p>

<p>13. A existência de agências reguladoras relaciona-se</p> <p>(A) à fiscalização ou à regulamentação de determinado setor da economia ou em especial de atividades que envolvam utilidades públicas.</p> <p>(B) à regulação de uma atividade de relevância privada.</p> <p>(C) à crescente desnecessidade de especialização funcional e capacitação técnica para o exercício da atividade regulatória.</p> <p>(D) a um novo estágio da regulação estatal marcado pela identidade entre o prestador do serviço essencial e o ente encarregado de regulá-lo.</p> <p>(E) à política de centralização por parte do poder público no sentido de designar parcela significativa da regulação a órgãos reguladores.</p>	<p>16. Ao receber denúncia sobre irregularidades no setor econômico regulado, o agente regulador, nos limites de sua esfera de competências, deve decidir se averigua ou não tal fato. Essa decisão possui natureza de ato administrativo</p> <p>(A) misto, ora vinculado e ora discricionário, a depender da situação de fato que se apresente perante o agente regulador.</p> <p>(B) discricionário, sujeito ao juízo de conveniência e oportunidade, visando a um maior atendimento ao interesse público.</p> <p>(C) vinculado e inafastável ao agente regulador.</p> <p>(D) vinculado, com necessidade imediata de autuação diante de denúncia apresentada.</p>
<p>14. Ao normatizar, a agência reguladora</p> <p>(A) cria, extingue ou modifica direitos dos administrados, a bem do pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(B) torna exigível disposições legais já existentes visando ao pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(C) estende os mandamentos legais visando completá-los para o pleno atendimento do interesse público.</p> <p>(D) cria apenas normas gerais que conferem concretização às diretrizes gerais contidas na legislação aplicável.</p> <p>(E) cria tanto normas gerais quanto individuais que conferem concretização às diretrizes gerais contidas na legislação aplicável.</p>	<p>(E) discricionário, com necessidade de autuação diante de denúncia apresentada.</p>
<p>15. Ao regular o setor a que foi destinada, a agência reguladora tem por finalidade</p> <p>(A) limitar preços, dividir os clientes e fornecedores por região geográfica.</p> <p>(B) sanear (neutralizar), ou buscar sanear (neutralizar) as falhas regulatórias do setor em que atua, visando a consecução de maior eficiência.</p> <p>(C) controlar apenas os preços, fixando uma tabela para preços máximos, em atenção ao pleno atendimento dos interesses dos consumidores e do governo.</p> <p>(D) limitar as novas outorgas visando ao máximo aproveitamento do mercado pelos agentes que já nele atuam.</p> <p>(E) aplicar a política regulatória local em atenção ao plano de metas estabelecido pelo governo, priorizando os interesses privados e individuais.</p>	<p>17. A mediação e a análise econômico-tarifária, a cargo do regulador, consistem, respectivamente, em</p> <p>(A) prever os problemas do setor e calibrar as tarifas, visando a uma melhor remuneração ao agente econômico regulado.</p> <p>(B) intermediar os interesses entre o Estado, os consumidores e os agentes econômicos regulados, conferindo preferência ao interesse dos primeiros em detrimento dos últimos; e fazer a revisão tarifária a pedido do agente econômico regulado.</p> <p>(C) intermediar os interesses entre o Estado, os consumidores e os agentes econômicos regulados, conferindo preferência aos interesses do primeiro, em detrimento dos últimos; e fazer a revisão tarifária a pedido do consumidor.</p> <p>(D) ouvir e desvendar os interesses dos participantes do setor regulado (consumidores, agentes regulados e Estado) visando a criar ou viabilizar a criação de opções para que eles próprios possam encontrar soluções satisfatórias aos conflitos existentes e avaliar os preços públicos cobrados para a realização da atividade econômica regulada à luz da cláusula <i>rebus sic stantibus</i> e da menor onerosidade aos consumidores.</p> <p>(E) ouvir e desvendar os interesses dos participantes do setor regulado (consumidores, agentes regulados e Estado) visando a criar ou viabilizar a criação de opções para que eles próprios possam encontrar soluções satisfatórias aos conflitos existentes e avaliar os preços públicos cobrados para a realização da atividade econômica regulada à luz da cláusula <i>pacta sunt servanda</i> e da menor onerosidade aos consumidores.</p>

<p>18. A independência funcional de uma agência reguladora caracteriza-se por</p> <p>(A) atuar de forma independente, sem ter que se reportar a outros órgãos e poderes, pois suas atribuições e rol de competências já estão devidamente explicitados em lei.</p> <p>(B) possuir quadro de diretores sem mandatos fixos e quadro de funcionários com plano de carreira, permitindo a possibilidade de mobilidade <i>ad nutum</i> dos funcionários a bem do interesse público.</p> <p>(C) atuar de forma independente, sem ter que se reportar ao poder executivo, exceto ao Presidente da República, no caso de agências reguladoras federais, e ao Governador de Estado, no caso de agências reguladoras estaduais.</p> <p>(D) atuar de forma independente, sem ter que se reportar ao poder executivo, exceto ao Presidente da República e seu Ministro de Estado responsável pelo setor da economia regulado pela agência, no caso de agências reguladoras federais, ou ao Governador de Estado e seu Secretário de Estado responsável pelo setor da economia regulado pela agência, no caso de agências reguladoras estaduais.</p> <p>(E) possuir quadro de diretores com mandatos fixos e quadro de funcionários com plano de carreira, afastando-se a possibilidade de mobilidade <i>ad nutum</i> a bem do interesse público.</p>	<p>20. A autonomia de uma agência reguladora consiste em</p> <p>(A) selecionar os fatos que deseja apurar para regular, fiscalizar e mediar a bem do pleno atendimento ao interesse público.</p> <p>(B) atuar de forma independente de política de Governo e em atenção à política de Estado, nos limites da competência que lhe são legalmente outorgadas.</p> <p>(C) atuar de forma independente de política de Estado e em atenção à política de Governo, nos limites da competência que lhe são legalmente outorgadas.</p> <p>(D) distanciar suas ações da política do Estado e atuar exclusivamente em parceria com os Municípios, em atenção aos ditames legais e constitucionais que lhes são diretamente outorgados.</p> <p>(E) atuar de forma independente de quaisquer políticas, precavendo-se de cobranças elevadas de tributos e parcialidade na prestação de serviços.</p>
<p>19. A independência financeira do regulador consiste em</p> <p>(A) gerar e gerir os recursos próprios à atividade de regulação que se desenvolve, por exemplo, com a utilização dos montantes pagos a título de multas por infrações cometidas por agentes regulados.</p> <p>(B) gerir apenas os recursos próprios à atividade de regulação que desenvolve, por exemplo, com a utilização dos montantes pagos a título de multas por infrações cometidas por agentes regulados.</p> <p>(C) gerir os recursos provenientes das dotações orçamentárias pertinentes (estaduais, no caso de agências estaduais, e federais, no caso de agências federais) de modo a implementar os comandos legais e infra-legais visando a concretizar as atividades de agente regulador.</p> <p>(D) administrar a destinação das verbas salariais e demais verbas como, por exemplo, os fundos de todos os funcionários da agência, visando a preservação do capital.</p> <p>(E) implementar atividades econômicas que possam ampliar os recursos oriundos de verbas arrecadadas de entes reguladores autônomos ou de grupos econômicos de vários mercados mundiais.</p>	<p style="text-align: center;">SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR</p> <p>21. Dentre os princípios do Código de Defesa do Consumidor, segundo seu artigo 4º, além da vulnerabilidade do consumidor e da racionalização e melhoria dos serviços públicos, estão a</p> <p>(A) transparência e a inversão do ônus da prova.</p> <p>(B) manutenção da assistência jurídica integral e gratuita e a inversão do ônus da prova.</p> <p>(C) inversão do ônus da prova e o equilíbrio nas relações de consumo.</p> <p>(D) harmonia e equilíbrio nas relações de consumo.</p> <p>(E) manutenção da assistência jurídica integral e gratuita e o equilíbrio nas relações de consumo.</p> <p>22. Tratando-se de vício oculto de um bem durável, com relação à decadência, o consumidor</p> <p>(A) não pode mais reclamar, pois seu direito caduca após 30 dias da aquisição.</p> <p>(B) pode reclamar no prazo de até 90 dias a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.</p> <p>(C) pode reclamar no prazo de até 5 anos a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.</p> <p>(D) pode reclamar no prazo de até 30 dias a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.</p> <p>(E) não pode mais reclamar, pois seu direito caducou após 90 dias da aquisição.</p>

<p>23. Ocorre uma suspensão abrupta de energia elétrica, por defeito em parte da rede prestadora. Em decorrência dessa suspensão, um consumidor, que teve alguns de seus utensílios domésticos inutilizados, reclamou à prestadora no vigésimo dia após o fato. A operadora não responde à reclamação. Neste caso, considerando exclusivamente as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor em relação a acidente de consumo, este consumidor</p> <p>(A) não poderá reclamar seus direitos, se o prazo máximo de 90 dias for ultrapassado sem resposta da prestadora.</p> <p>(B) não poderá mais reclamar seus direitos, se o prazo máximo de 12 meses for ultrapassado sem resposta da prestadora.</p> <p>(C) poderá reclamar seus direitos por até 90 dias e, caso nesse período a prestadora não se manifestar, estará caracterizado seu direito a obter ressarcimento dos prejuízos.</p> <p>(D) poderá continuar reclamando seus direitos por prazo indeterminado, até que a prestadora possa lhe ressarcir os prejuízos.</p> <p>(E) poderá reclamar seus direitos no prazo de 5 anos, a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.</p>	<p>25. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, a garantia legal</p> <p>(A) e a contratual são opcionais e não se somam.</p> <p>(B) é compulsória; a contratual é opcional e não se somam.</p> <p>(C) é compulsória e a contratual é opcional e se somam.</p> <p>(D) e a contratual são compulsórias e não se somam.</p> <p>(E) e a contratual são compulsórias e se somam.</p>
<p>24. A operadora de telefonia fixa local resolve apresentar aos consumidores um novo serviço adicional de conversa simultânea com três pessoas. Para isso, incorpora o serviço às linhas de determinado bairro, comunicando aos consumidores essa alternativa de conversa, como uma novidade. Não solicita autorização dos consumidores e não menciona que após o primeiro mês, o serviço passará a ser cobrado inclusive retroativamente ao primeiro período de utilização. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os usuários</p> <p>(A) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço disponibilizado, pois trata-se de amostra grátis.</p> <p>(B) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço no primeiro mês, mas deverão pagar obrigatoriamente a partir do segundo mês.</p> <p>(C) são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço a partir do segundo mês e retroativamente ao primeiro.</p> <p>(D) são obrigados a arcar com a cobrança pela disponibilização de pelo menos um dos meses em que o serviço foi prestado.</p> <p>(E) são obrigados a pagar de acordo com os meses de efetiva utilização do serviço disponibilizado.</p>	<p>26. O direito de arrependimento aplica-se a produtos comprados ou serviços contratados no prazo de</p> <p>(A) 30 dias, em estabelecimento comercial.</p> <p>(B) 30 dias, fora do estabelecimento comercial.</p> <p>(C) 15 dias, em estabelecimento comercial.</p> <p>(D) 7 dias, fora do estabelecimento comercial.</p> <p>(E) 7 dias, fora ou em estabelecimento comercial.</p>
<p>24. A operadora de telefonia fixa local resolve apresentar aos consumidores um novo serviço adicional de conversa simultânea com três pessoas. Para isso, incorpora o serviço às linhas de determinado bairro, comunicando aos consumidores essa alternativa de conversa, como uma novidade. Não solicita autorização dos consumidores e não menciona que após o primeiro mês, o serviço passará a ser cobrado inclusive retroativamente ao primeiro período de utilização. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os usuários</p> <p>(A) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço disponibilizado, pois trata-se de amostra grátis.</p> <p>(B) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço no primeiro mês, mas deverão pagar obrigatoriamente a partir do segundo mês.</p> <p>(C) são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço a partir do segundo mês e retroativamente ao primeiro.</p> <p>(D) são obrigados a arcar com a cobrança pela disponibilização de pelo menos um dos meses em que o serviço foi prestado.</p> <p>(E) são obrigados a pagar de acordo com os meses de efetiva utilização do serviço disponibilizado.</p>	<p>27. A Lei nº 8.078/90 entende como consumidor</p> <p>I. Toda pessoa física ou jurídica que adquira ou utiliza produtos ou serviço como destinatário final.</p> <p>II. A coletividade de pessoas ainda que indetermináveis que haja intervindo nas relações de consumo.</p> <p>III. Todas as vítimas de um acidente de consumo.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>24. A operadora de telefonia fixa local resolve apresentar aos consumidores um novo serviço adicional de conversa simultânea com três pessoas. Para isso, incorpora o serviço às linhas de determinado bairro, comunicando aos consumidores essa alternativa de conversa, como uma novidade. Não solicita autorização dos consumidores e não menciona que após o primeiro mês, o serviço passará a ser cobrado inclusive retroativamente ao primeiro período de utilização. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os usuários</p> <p>(A) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço disponibilizado, pois trata-se de amostra grátis.</p> <p>(B) não são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço no primeiro mês, mas deverão pagar obrigatoriamente a partir do segundo mês.</p> <p>(C) são obrigados a arcar com a cobrança pelo serviço a partir do segundo mês e retroativamente ao primeiro.</p> <p>(D) são obrigados a arcar com a cobrança pela disponibilização de pelo menos um dos meses em que o serviço foi prestado.</p> <p>(E) são obrigados a pagar de acordo com os meses de efetiva utilização do serviço disponibilizado.</p>	<p>28. Um consumidor quer contratar serviço de transferência de chamadas com sua operadora de telefonia fixa. Ao solicitar a contratação, é informado pelo atendente que só poderá usufruir deste serviço se adquirir também o serviço de identificação de chamada. Esta prática comercial adotada pela empresa é</p> <p>(A) abusiva e configura-se venda casada.</p> <p>(B) abusiva e configura-se limitação quantitativa para fornecimento do serviço.</p> <p>(C) abusiva, se o consumidor não soubesse da condição de fornecimento do serviço.</p> <p>(D) legal, pois o consumidor foi informado a respeito da condição de fornecimento do serviço.</p> <p>(E) legal, independentemente da ciência prévia do consumidor a respeito da condição do serviço.</p>

LEGISLAÇÃO

29. Considerando o tratamento dispensado pela Constituição brasileira de 1988 aos bens públicos, é INCORRETO afirmar que

- (A) o domínio de ilhas fluviais e lacustres é atribuído à União ou aos Estados, consoante critério distintivo adotado pela Constituição, porém não aos Municípios.
- (B) se incluem entre os bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras e à preservação ambiental, estas assim definidas em lei.
- (C) a faixa de fronteira, de titularidade da União e definida em lei, é considerada fundamental para a defesa do território nacional.
- (D) embora se reservem bens para União e Estados, as respectivas relações de bens contempladas na Constituição não são exaustivas.
- (E) os potenciais de energia hidráulica são bens da União, à qual compete explorar o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde estão situados tais potenciais.

30. Considere as seguintes afirmações sobre o regime legal da concessão e permissão de serviços públicos:

- I. Não ofende o princípio da continuidade na prestação de serviços públicos a sua interrupção, mediante prévio aviso, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- II. É incompatível com a política tarifária estabelecida em lei a diferenciação de tarifas em função dos custos provenientes do atendimento a distintos segmentos de usuários, uma vez que a modicidade de tarifas é condição para prestação de serviço adequado.
- III. No caso de descumprimento de normas contratuais pelo poder concedente, o contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, mediante ação judicial e aviso prévio quanto à interrupção ou paralisação dos serviços por ela prestados, o mesmo sendo aplicável aos contratos de permissão.
- IV. O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas relativas ou decorrentes do contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil, nos termos da legislação pertinente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

31. Com vistas à aquisição de grande quantidade de papel sulfite branco, tamanho A4, de densidade 75 g/m², um órgão da Administração direta federal faz publicar em veículo oficial e em jornais locais de grande circulação um aviso de licitação na modalidade pregão, indicando objeto da licitação, assim como o local físico e endereço eletrônico em que está disponível o edital para consulta pelos interessados, no qual se fixa em 10 dias úteis o prazo para apresentação das propostas. Na data fixada, entregues os envelopes pertinentes pelos 5 participantes presentes, a equipe de apoio ao pregoeiro procedeu à análise dos documentos de habilitação dos participantes, dos quais 2 restaram inabilitados. Prosseguindo o certame com as demais empresas presentes, foram analisadas propostas quanto ao preço e concluída a etapa competitiva, tendo o pregoeiro declarado o vencedor. Não havendo os demais participantes manifestado intenção de recorrer, foi o objeto da licitação adjudicado ao vencedor pelo pregoeiro, seguindo-se a homologação da licitação pela autoridade competente e a respectiva lavratura de contrato. Nesse caso,

- (A) o procedimento adotado foi ilegal, uma vez que não se admite a modalidade licitatória do pregão para a aquisição pretendida pelo órgão da Administração.
- (B) a publicação do aviso de licitação não observou os requisitos estabelecidos em lei, o que, no entanto, não tem o condão de macular o procedimento, uma vez que o edital estava disponível para os interessados em meios físico e eletrônico.
- (C) houve inversão de etapas na fase externa do certame, pois, no pregão, diferentemente do que ocorre na concorrência ou na tomada de preços, a análise das propostas antecede a habilitação dos participantes.
- (D) o prazo fixado pelo edital foi inferior ao exigido em lei, devendo ser anulado o procedimento, com republicação do edital, assinalando-se novo prazo para realização da fase externa do certame.
- (E) o pregoeiro incorreu em erro, ao adjudicar o objeto da licitação ao participante declarado vencedor, antes da homologação do procedimento pela autoridade competente, o que torna nulos os atos subsequentes, inclusive o contrato.

32. No exercício de suas competências de fiscalização de atos de despesa e contratos, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará depara-se com ilegalidade em contrato celebrado por ente da Administração indireta estadual, cientificando-o para que adote as medidas necessárias ao saneamento da ilegalidade, num prazo de 30 dias. Decorrido o prazo sem que quaisquer medidas fossem tomadas, o Tribunal de Contas determina a sustação da execução do contrato, comunicando sua decisão à Assembléia Legislativa, além de aplicar ao ente da Administração multa proporcional ao dano causado ao erário estadual, em decorrência da ilegalidade apurada. Nessa hipótese, o procedimento adotado foi equivocado, pois a Constituição estadual prevê que

- (A) o Tribunal de Contas não possui competência para aplicar sanções, uma vez que não integra a estrutura do Poder Judiciário.
- (B) é da Assembléia Legislativa, e não do Tribunal de Contas, a competência para assinalar prazos à Administração quanto a ilegalidades em seus atos e contratos.
- (C) a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas restringe-se a atos e contratos de órgãos da Administração direta estadual.
- (D) o titular da função de fiscalização é a Assembléia Legislativa, não competindo ao Tribunal de Contas tomar quaisquer decisões em casos como esse.
- (E) o Tribunal de Contas não possui competência para a sustação da execução de contratos celebrados por órgãos e entes da Administração.

<p>33. Relativamente à participação popular no exercício do poder, é INCORRETO afirmar que a Constituição do Estado do Ceará</p> <p>(A) prevê a possibilidade de qualquer cidadão denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas do Estado, ficando a autoridade que receber a denúncia obrigada a manifestar-se sobre a matéria.</p> <p>(B) atribui ao cidadão legitimidade para postular, perante os órgãos públicos estaduais, a apuração de responsabilidade, em caso de dano ao meio ambiente, conforme disposto em lei.</p> <p>(C) estabelece que todos os órgãos públicos estaduais são acessíveis ao indivíduo, por meio de petição ou representação, na defesa de direito ou em salvaguarda cívica do interesse coletivo.</p> <p>(D) prevê que a iniciativa popular será exercida pela apresentação de projeto de lei, subscrito por um por cento de eleitorado estadual, projeto este que tramitará em regime de prioridade, para suprir eventual omissão legislativa.</p> <p>(E) aponta, expressamente, como mecanismos de participação popular no exercício do poder, a eleição para provimento de cargos representativos, o plebiscito e o referendo.</p>	<p>35. Nos termos da Constituição da República, o servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional que for investido no mandato de Prefeito</p> <p>(A) será afastado do emprego, cargo ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.</p> <p>(B) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, havendo compatibilidade de horários.</p> <p>(C) será exonerado de seu cargo, emprego ou função, não havendo compatibilidade de horários.</p> <p>(D) terá, para todos os efeitos legais, computado o seu tempo de serviço, inclusive para fins de promoção por antiguidade ou merecimento.</p> <p>(E) perderá estabilidade, na hipótese de já a ter adquirido, ou será demitido a bem do serviço público, caso ainda esteja em estágio probatório.</p>
<p>34. Tendo decorrido metade do mandato dos membros do Conselho Diretor da ARCE, o Governador do Estado exonera um dos Conselheiros, após processo conduzido por Procurador do Estado designado, em que se garantiu ampla defesa ao Conselheiro sob investigação, diante da constatação de que sua permanência no cargo poderia afetar a independência da Agência. Assim, em ato contínuo, é nomeado pelo Governador um brasileiro naturalizado, com notório saber técnico no setor de energia elétrica, para exercer interinamente o cargo de Conselheiro, até o término do mandato iniciado por seu antecessor. Nessa hipótese, é equivocada a nomeação do novo Conselheiro, pois</p> <p>(A) não se admite a exoneração de membro do Conselho Diretor da ARCE, antes do término do mandato, por ato do Governador, como garantia da independência da Agência no exercício de sua função de ente regulador.</p> <p>(B) a nomeação deveria dar-se em caráter definitivo, sendo válida até o termo final do mandato e sujeitando-se às condições para indicação, nomeação e aprovação regulares, previstas na lei.</p> <p>(C) são condições simultâneas para a nomeação de membros do Conselho Diretor da ARCE que se trate de brasileiro, nato ou naturalizado, com notável saber jurídico, econômico ou administrativo, quesito este não preenchido no caso.</p> <p>(D) somente se admite a substituição de membro do Conselho Diretor da ARCE na hipótese de vacância do cargo decorrente de exercício de atividade político-partidária incompatível com as atribuições de Conselheiro.</p> <p>(E) o processo de apuração da falta imputada ao Conselheiro deveria ser conduzido pessoalmente pelo Procurador-Geral do Estado, regra esta cuja inobservância acarreta a nulidade da exoneração do Conselheiro e, subseqüentemente, da vacância e do novo preenchimento do cargo.</p>	<p>36. Considere as seguintes afirmações sobre as competências legais da ARCE:</p> <p>I. Embora seja atribuição básica da ARCE o atendimento ao usuário, compreendendo o recebimento e processamento de reclamações relacionadas com a prestação de serviços públicos delegados, não lhe compete reprimir eventuais infrações aos direitos dos usuários, competência esta específica do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.</p> <p>II. Compete à ARCE estabelecer tarifas ou parâmetros tarifários que reflitam o mercado e os custos reais, de padrão, de modo a, concomitantemente, incentivar os investimentos privados e propiciar a razoabilidade e modicidade das tarifas aos usuários.</p> <p>III. No exercício de suas atribuições de fiscalização de contratos de concessão e termos de permissão de serviços públicos, é permitido à ARCE aplicar sanções, como a suspensão temporária de participação em licitações, intervenção administrativa e até mesmo a extinção da concessão ou permissão.</p> <p>IV. O rol de competências legais da ARCE é exaustivo, não se admitindo a prática por esta de atos outros, ainda que relacionados com sua finalidade, sem a expressa previsão legal.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>

LÍNGUA INGLESA

Instruções: Considere o texto a seguir para responder às questões de números 37 a 44.

After nearly a decade of trying, Wal-Mart never cracked the country – failing to become the all-in-one shopping destination for Germans that it is for so many millions of Americans. Wal-Mart's problems are not limited to Germany. The retail giant has struggled in countries like South Korea and Japan as it discovered that its formula for success – low prices, zealous inventory control and a large array of merchandise – did not translate to markets with their own discount chains and shoppers with different habits.

Some of Wal-Mart's problems stem from being a uniquely powerful American enterprise trying to impose its values around the world. At Wal-Mart's headquarters in Bentonville, Ark., however, the message from these missteps is now registering loud and clear.

Among other things, Wal-Mart now cares (37) whether its foreign stores carry the name derived from its founder, Sam Walton, as the German Wal-Marts do. Seventy percent of Wal-Mart's international sales come from outlets with names like Asda in Britain, Seiyu in Japan or Bompreço in Brazil. Far from being chastened by its setbacks, Wal-Mart is forging ahead with an aggressive program of foreign acquisitions. In a single week last fall, Wal-Mart completed the purchase of the Sonae chain in Brazil, bought a controlling stake in Seiyu of Japan, and became a partner in the Carcho chain in Central America.

Starting from scratch 14 years ago, Wal-Mart International [TO GROW] into a \$63 billion business. It is the fastest-growing part of Wal-Mart, with nearly 30 percent sales growth in June, compared with the same month last year. Even subtracting one-time gains from acquisitions, it grew at nearly 12 percent, about double the rate of Wal-Mart's American stores.

Sustaining that pace is critical for Wal-Mart, because high fuel prices have helped sap the buying power of Americans. In June, store traffic in its home market declined. Wal-Mart estimated that its sales in the United States in stores open at least one year would increase only 1 percent to 3 percent in July.

Another problem that has afflicted Wal-Mart in several countries is its inability to compete with established discounters. The obvious lesson is to try to bulk up. In Brazil, Wal-Mart opened only 25 stores in its first decade there and struggled to compete against bigger local rivals. Then, in 2004, it bought Bompreço, giving it a presence in the country's poor, but fast-growing, northeast.

Wal-Mart did not change the names of the stores, which range from neighborhood grocers to large American-style hypermarkets. But with 295 stores in Brazil, Wal-Mart now ranks third in the market, after Carrefour of France and the market leader, Companhia Brasileira de Distribuição.

(Adapted from an article by Mark Landler and Michael Barbaro published in the New York Times, August 2, 2006)

37. A palavra que preenche corretamente a lacuna é
- (A) much.
 - (B) more.
 - (C) most.
 - (D) less.
 - (E) least.

38. A forma correta de [TO GROW], no 4º parágrafo, é
- (A) has grown.
 - (B) grows.
 - (C) had grown.
 - (D) was grown.
 - (E) was growing.

39. No 1º parágrafo, a palavra country, sublinhada no texto, refere-se
- (A) aos Estados Unidos.
 - (B) à Alemanha.
 - (C) ao interior dos Estados Unidos.
 - (D) à Coréia do Sul.
 - (E) ao Japão.

40. Do trecho the message from these missteps is now registering loud and clear, no 2º parágrafo, infere-se que a Wal-Mart
- (A) vai assumir uma estratégia de expansão mais agressiva na Europa.
 - (B) está recebendo claros sinais de que sua estratégia internacional está sendo bem-sucedida.
 - (C) está se dando conta de seus erros no estrangeiro.
 - (D) está com problemas na matriz, em Bentonville, Arkansas.
 - (E) é a única empresa que tem problemas em se expandir no mundo.

41. A synonym for sap in the 5th paragraph of the text is
- (A) diminish.
 - (B) balance.
 - (C) increase.
 - (D) level.
 - (E) boost.

42. É INCORRETO afirmar que a Wal-Mart
- (A) iniciou suas operações internacionais há 14 anos.
 - (B) International movimentou 63 bilhões de dólares.
 - (C) International teve um crescimento de quase 30% nas vendas no mês de junho deste ano.
 - (D) International já está faturando o equivalente à metade da receita de suas lojas nos Estados Unidos.
 - (E) não está tendo um desempenho satisfatório no Estados Unidos.

43. Segundo o texto,
- (A) a Wal-Mart iniciou suas operações no Brasil em 2004.
 - (B) a aquisição da rede Bompreço não deu os resultados imediatos esperados.
 - (C) a Wal-Mart dá preferência à aquisição de grandes redes de supermercados, em detrimento de lojas menores.
 - (D) o sucesso da Wal-Mart no estrangeiro deve-se a seus preços competitivos em relação às redes locais.
 - (E) a expansão da Wal-Mart no Brasil já lhe garantiu o terceiro lugar no mercado.

44. The best title for the above text is
- (A) Wal-Mart is cutting down on international expansion.
 - (B) Wal-Mart finds that its formula doesn't fit every culture.
 - (C) Wal-Mart is struggling to change shopping habits overseas.
 - (D) Wal-Mart sees all-time financial loss at home.
 - (E) Wal-Mart is on its way to recover German market.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

45. O processo estatístico que consiste em uma avaliação direta de um parâmetro, utilizando-se todos os componentes da população, denomina-se

- (A) amostragem.
- (B) estimação.
- (C) censo.
- (D) parametrização.
- (E) correlação.

46. Uma empresa tem 1.000 empregados, classificados conforme a tabela abaixo:

Salários (R\$)	Homens	Mulheres	Total
500 — 1.500	40	40	80
1.500 — 2.500	140	100	240
2.500 — 3.500	180	120	300
3.500 — 4.500	140	80	220
4.500 — 5.500	100	60	160
Total	600	400	1000

Observação: Calculou-se as médias aritméticas correspondentes para cada grupo e a geral considerando que todos os valores incluídos num certo intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio deste intervalo. Para o cálculo das medianas utilizou-se o método da interpolação linear.

Analisando os valores obtidos com relação aos empregados desta empresa, tem-se que

- (A) a média aritmética e a mediana dos salários dos homens são iguais a R\$ 3.250,00 e R\$ 3.000,00, respectivamente.
- (B) a média aritmética e a mediana dos salários das mulheres são iguais a R\$ 3.200,00 e R\$ 3.000,00, respectivamente.
- (C) o valor encontrado para a média aritmética dos salários dos empregados de toda a empresa é igual a R\$ 3.125,00.
- (D) o módulo da diferença entre as médias aritméticas dos salários dos 2 grupos é igual a R\$ 150,00.
- (E) o módulo da diferença entre os valores das medianas dos salários entre os 2 grupos é inferior a R\$ 150,00.

47. Uma administradora de imóveis realizou um estudo sobre todos os imóveis alugados em duas regiões, A e B, levantando o seguinte quadro:

Região	Quantidade de imóveis alugados	Valor médio dos aluguéis	Coefficiente de variação
A	1.000	R\$ 500,00	20%
B	4.000	R\$ 500,00	30%

Observação: Dada uma seqüência de números, o coeficiente de variação é definido como sendo o quociente da divisão do desvio padrão desta seqüência pela respectiva média aritmética (diferente de zero).

A variância conjunta de A e B, isto é, a variância dos valores dos aluguéis das regiões A e B reunidas é, em (R\$)², igual a

- (A) 20.000,00
- (B) 25.000,00
- (C) 32.500,00
- (D) 40.000,00
- (E) 62.500,00

48. Um comerciante deseja saber a relação entre o aumento da receita de vendas (Y) de seu produto, em milhares de reais, e seu gasto com propaganda (X), também em milhares de reais. Primeiramente, optou por analisar o modelo linear simples $Y_i = \alpha + \beta X_i + \epsilon_i$, em que Y_i representa o aumento da receita de vendas no mês i, X_i o gasto com propaganda no mês i e ϵ_i o erro aleatório com as hipóteses consideradas para a Regressão Linear Simples (α e β são parâmetros desconhecidos). Com base nas informações dos últimos 10 meses e utilizando o método dos mínimos quadrados obteve a equação da reta correspondente e o respectivo coeficiente de explicação (R^2).

Dados :

$$\sum_{i=1}^{10} Y_i = 100 \quad \sum_{i=1}^{10} X_i = 20 \quad \sum_{i=1}^{10} X_i Y_i = 220$$

$$\sum_{i=1}^{10} X_i^2 = 120 \quad \sum_{i=1}^{10} Y_i^2 = 1.008$$

Para o cálculo de R (coeficiente de correlação de Pearson) usou-se a fórmula:

$$R = \frac{\text{Cov}(X, Y)}{DP(X) \cdot DP(Y)}, \text{ em que}$$

$$\text{Cov}(X, Y) = \frac{1}{10} \left[\sum_{i=1}^{10} X_i Y_i - \frac{(\sum_{i=1}^{10} X_i)(\sum_{i=1}^{10} Y_i)}{10} \right]$$

$$DP(X) = \sqrt{\frac{1}{10} \left[\sum_{i=1}^{10} X_i^2 - \frac{(\sum_{i=1}^{10} X_i)^2}{10} \right]}$$

$$DP(Y) = \sqrt{\frac{1}{10} \left[\sum_{i=1}^{10} Y_i^2 - \frac{(\sum_{i=1}^{10} Y_i)^2}{10} \right]}$$

A equação da reta obtida pelo método dos mínimos quadrados e o valor do coeficiente de explicação R^2 são, respectivamente,

- (A) $\hat{Y}_i = 9 + 0,5X_i$ e 62,5%
- (B) $\hat{Y}_i = 9,5 + 0,25X_i$ e 62,5%
- (C) $\hat{Y}_i = 9,6 + 0,2X_i$ e 80%
- (D) $\hat{Y}_i = 9 + 0,5X_i$ e 80%
- (E) $\hat{Y}_i = 9,5 + 0,25X_i$ e 80%

49. Seja uma cesta de 10 produtos com seus respectivos preços e quantidades nas épocas 1 e 2 (época 2 posterior à época 1) e as seguintes informações:

$$\sum_{i=1}^{10} P_1^i Q_1^i = 1.000 \qquad \sum_{i=1}^{10} P_2^i Q_1^i = 2.000$$

$$\sum_{i=1}^{10} P_1^i Q_2^i = 800 \qquad \sum_{i=1}^{10} P_2^i Q_2^i = 1.760$$

em que,

P_j^i = preço do produto i na época j

Q_j^i = quantidade consumida do produto i na época j

Com relação ao período acima, multiplicando o índice de preços de Laspeyres pelo respectivo índice de preços de Paasche tem-se como resultado

- (A) 0,704
- (B) 1,600
- (C) 1,760
- (D) 1,936
- (E) 4,400

50. João investe, em uma determinada data, o capital de R\$ 15.000,00 a juros simples, à taxa de 24% ao ano. Após 2 meses, retira todo o montante desta aplicação e o aplica a juros simples em uma outra instituição financeira, durante 4 meses. O montante referente a esta segunda aplicação será igual a R\$ 17.160,00 se a taxa for de

- (A) 9% ao trimestre.
- (B) 12,5% ao semestre.
- (C) 24% ao ano.
- (D) 27% ao ano.
- (E) 30% ao ano.

51. Uma empresa desconta um título em um banco, 4 meses antes de seu vencimento, com a utilização de uma operação de desconto racional simples, a uma taxa de desconto de 2,5% ao mês, recebendo no ato o valor de R\$ 22.500,00. Caso a operação tivesse sido a de desconto comercial simples, com a mesma taxa de 2,5% ao mês, a empresa receberia

- (A) R\$ 22.225,00
- (B) R\$ 22.250,00
- (C) R\$ 22.275,00
- (D) R\$ 22.325,00
- (E) R\$ 22.375,00

52. Dois títulos de valores nominais iguais, com o vencimento do primeiro daqui a um ano e o segundo daqui a dois anos, são substituídos hoje por um único título vencendo daqui a dois anos, de valor nominal igual a R\$ 55.902,00. Utilizando o desconto racional composto à uma taxa de 10% ao ano, tem-se que o valor nominal de cada título substituído é

- (A) R\$ 26.741,00
- (B) R\$ 26.620,00
- (C) R\$ 26.400,00
- (D) R\$ 26.290,00
- (E) R\$ 25.410,00

53. Uma dívida no valor de R\$ 120.000,00 deverá ser quitada em 30 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira 1 mês após a data em que foi contraída a dívida. Considerando que:

- P é o valor das prestações, caso seja adotado o Sistema Francês de Amortização (Sistema Price), a uma taxa de juros nominal de 36% ao ano, com capitalização mensal
- P_i é o valor da i-ésima prestação, caso seja adotado o Sistema de Amortização Constante (SAC), a uma taxa de 3% ao mês
- o Fator de Recuperação de Capital (FRC), com taxa de juros compostos de 3% ao mês, é dado por

$$FRC = \frac{1,03^{30} \times 0,03}{(1,03)^{30} - 1} = 0,0510$$

então, a média aritmética de P e P_{20} é igual a

- (A) R\$ 6.200,00
- (B) R\$ 6.080,00
- (C) R\$ 5.840,00
- (D) R\$ 5.720,00
- (E) R\$ 5.320,00

54. Uma empresa deverá escolher um entre dois projetos X e Y, mutuamente excludentes, que apresentam os seguintes fluxos de caixa:

Ano	Projeto X	Projeto Y
	R\$	R\$
0	- D	- 40.000,00
1	60.000,00	48.000,00
2	57.600,00	43.200,00

A taxa mínima de atratividade é de 20% ao ano (capitalização anual) e verifica-se que os valores presentes líquidos referentes aos dois projetos são iguais. O desembolso D referente ao projeto X é igual a

- (A) R\$ 60.000,00
- (B) R\$ 50.000,00
- (C) R\$ 40.000,00
- (D) R\$ 30.000,00
- (E) R\$ 20.000,00

55. É propriedade das curvas de indiferença:

- (A) serem côncavas em relação à origem.
- (B) as mais baixas representarem combinações de bens preferíveis às mais altas.
- (C) apresentarem taxa marginal de substituição crescente entre os dois bens.
- (D) possuírem declividade positiva.
- (E) nunca se interceptarem.

<p>56. No equilíbrio do consumidor, a</p> <p>(A) cesta de mercado preferida está situada à direita da reta de restrição orçamentária.</p> <p>(B) curva de indiferença mais alta possível é atingida, dada sua restrição orçamentária.</p> <p>(C) taxa marginal de substituição entre os bens é maior, em valor absoluto, que a razão entre seus preços.</p> <p>(D) taxa marginal de substituição entre os bens é menor, em valor absoluto, que a razão entre seus preços.</p> <p>(E) curva de indiferença mais baixa possível é atingida, dada sua restrição orçamentária.</p>	<p>60. Os custos de produção de uma empresa no curto prazo variam de acordo com o volume de sua produção. Considerando a quantidade produzida pela empresa, o</p> <p>(A) custo fixo médio é sempre crescente.</p> <p>(B) custo variável médio é inicialmente crescente, atinge um ponto de máximo e passa a ser decrescente.</p> <p>(C) custo total médio é decrescente porque o custo fixo médio também é decrescente.</p> <p>(D) custo marginal é sempre decrescente.</p> <p>(E) valor do custo marginal de produção não é influenciado pelo valor do custo fixo total.</p>
<p>57. A curva de demanda tem normalmente declividade negativa, porque, dada uma diminuição do preço do bem,</p> <p>(A) o efeito-renda é positivo e o efeito-substituição, negativo.</p> <p>(B) mesmo que o efeito-substituição seja negativo, raramente seu valor absoluto é menor que o do efeito-renda.</p> <p>(C) ambos os efeitos, renda e substituição, são negativos.</p> <p>(D) mesmo que o efeito-renda seja negativo, raramente seu valor absoluto é maior que o do efeito-substituição.</p> <p>(E) o consumidor ficou mais pobre em termos reais.</p>	<p>61. Em uma empresa que faz parte de um mercado em concorrência perfeita, o seu custo marginal de produção (CM_g) é descrito pela função $CM_g = q^2 - 15q + 39$, onde q = quantidade produzida. Se o preço de mercado do produto for igual a 115, a quantidade produzida que maximiza o lucro da empresa é:</p> <p>(A) 11</p> <p>(B) 14</p> <p>(C) 16</p> <p>(D) 19</p> <p>(E) 21</p>
<p>58. A curva de demanda de mercado de um bem é dada pela função $Q_d = 4.000 P^{-2}$, onde Q_d é a quantidade demandada e P o preço do produto. É correto concluir que</p> <p>(A) se o preço de mercado diminuir, a receita total dos produtores aumentará.</p> <p>(B) o bem tem demanda inelástica.</p> <p>(C) a receita total dos produtores é sempre a mesma, qualquer que seja o preço de mercado.</p> <p>(D) se o preço de mercado aumentar, a receita total dos produtores aumentará também.</p> <p>(E) a receita total dos produtores somente aumentará, se a curva da demanda se deslocar para a direita.</p>	<p>62. Quando uma empresa monopolista maximiza seu lucro,</p> <p>(A) o preço de mercado é inferior ao custo marginal de produção.</p> <p>(B) a receita média da empresa é inferior ao custo marginal de produção.</p> <p>(C) o preço de mercado é superior ao custo marginal de produção.</p> <p>(D) a receita média da empresa é igual à receita marginal.</p> <p>(E) o preço de mercado é igual ao custo marginal de produção.</p>
<p>59. Isoquantas são combinações de quantidades dos fatores de produção</p> <p>(A) fixos que implicam mesmo custo de produção.</p> <p>(B) variáveis que implicam mesmo volume de produção.</p> <p>(C) fixos e variáveis que implicam rendimentos crescentes de escala.</p> <p>(D) variáveis que implicam rendimentos constantes de escala.</p> <p>(E) fixos que implicam rendimentos decrescentes de escala.</p>	<p>63. No modelo de duopólio de Cournot, supondo-se apenas a existência de custos fixos de produção e demanda linear,</p> <p>(A) o preço de equilíbrio de mercado será equivalente à metade do preço que prevaleceria se fosse uma única empresa produzindo o bem.</p> <p>(B) ambos os rivais reconhecem sua interdependência na fixação de preços e quantidades produzidas.</p> <p>(C) cada rival supõe que o outro não modificará o preço praticado.</p> <p>(D) a quantidade total produzida será menor do que se apenas uma única empresa fornecesse o bem.</p> <p>(E) o preço de equilíbrio de mercado corresponderá a $\frac{2}{3}$ do preço que seria cobrado se apenas uma única empresa ofertasse o bem.</p>

<p>64. O mercado de concorrência monopolística de um bem ou serviço é caracterizado por apresentar</p> <p>(A) grande número de ofertantes de produtos similares mas diferenciados entre si.</p> <p>(B) grande número de compradores de produtos homogêneos.</p> <p>(C) elevado grau de concentração da produção entre poucos ofertantes.</p> <p>(D) pequeno número de ofertantes de produtos homogêneos.</p> <p>(E) pequeno número de ofertantes de produtos similares, mas diferenciados entre si.</p>	<p>69. O coeficiente <i>beta</i> das ações da Cia. Gama é 1,5. A taxa livre de risco da economia é 10% a.a. e o prêmio de mercado por risco é 6% a.a. O retorno anual esperado da ação da Cia. Gama, de acordo com o modelo de precificação de ativos (<i>capital asset pricing model</i>) é</p> <p>(A) 21%</p> <p>(B) 19%</p> <p>(C) 15%</p> <p>(D) 9%</p> <p>(E) 1%</p>
<p>65. Em um modelo de equilíbrio geral, uma situação econômica é dita Pareto-eficiente quando</p> <p>(A) não é possível aumentar a utilidade marginal da renda sem aumentar o preço.</p> <p>(B) não é possível melhorar o bem-estar de um agente econômico sem piorar o de outro.</p> <p>(C) o excedente do consumidor é igual ao excedente do produtor.</p> <p>(D) o nível de bem-estar é o mesmo para todos os indivíduos.</p> <p>(E) os rendimentos são distribuídos igualmente.</p>	<p>70. O custo do capital próprio da Cia. Delta é de 12% a.a e o valor de mercado de suas ações é de R\$ 20.000,00. A companhia utiliza capitais de terceiros no valor contábil (coincidente com o valor de mercado) de R\$ 30.000,00. O custo do capital de terceiros é de 25% a.a. A alíquota dos tributos incidentes sobre o lucro da pessoa jurídica é, por hipótese, 20%. Abstraindo-se a possibilidade da companhia pagar juros sobre o capital próprio, o seu custo médio ponderado de capital (<i>weighted average cost of capital</i>), ao ano, corresponde a</p> <p>(A) 14,6%</p> <p>(B) 16,0%</p> <p>(C) 16,8%</p> <p>(D) 18,0%</p> <p>(E) 19,8%</p>
<p>66. Bens públicos diferenciam-se de bens privados porque</p> <p>(A) são bens meritórios.</p> <p>(B) não se pode aplicar a eles o princípio da não-exclusão.</p> <p>(C) são financiados pela cobrança de taxas.</p> <p>(D) dependem da existência de economias de escala.</p> <p>(E) são bens de consumo não rival.</p>	<p>71. Abba Lerner, famoso economista americano, criou em 1934 um índice para medir o poder de monopólio na fixação de preços. Segundo o índice de Lerner, o poder do monopólio é tanto maior quanto</p> <p>(A) maior for a elasticidade-preço da oferta.</p> <p>(B) menor for a diferença entre o preço praticado pelo monopólio e o seu custo marginal.</p> <p>(C) maior for o gasto com propaganda do monopólio.</p> <p>(D) menor for a elasticidade-preço da demanda, em módulo.</p> <p>(E) menor for a elasticidade-preço da oferta.</p>
<p>67. Assinale a alternativa que apresenta uma situação em que ocorre o perigo moral (<i>moral hazard</i>) na relação entre dois agentes econômicos.</p> <p>(A) As instituições financeiras somente conseguem atrair clientes cujo risco de crédito é alto.</p> <p>(B) Somente carros usados em mau estado de conservação são vendidos no mercado.</p> <p>(C) Os salários dos funcionários são função de seus índices de produtividade e não do cargo que ocupam.</p> <p>(D) Uma seguradora de veículos não tem condições de saber <i>a priori</i> se o segurado respeitará as leis de trânsito após efetuar o seguro.</p> <p>(E) Uma empresa tem mecanismos de averiguar se os seus executivos estão desempenhando seu papel satisfatoriamente.</p>	<p>72. Na regulamentação de preços máximos praticados em serviços públicos prestados por um monopólio natural, algumas agências reguladoras utilizam o custo total médio como uma <i>proxy</i> do custo marginal da empresa monopolista. Uma companhia monopolista estima seu custo total médio em R\$ 2.000,00, por unidade de serviço fornecida, e planeja fornecer 10.000 unidades de serviço ao ano, valores esses que foram confirmados pela agência reguladora. Sabendo-se que o monopolista está sujeito à tributação sobre seu lucro à alíquota de 30%, que o total de seus ativos é R\$ 40 milhões e que a taxa (líquida de imposto) anual de retorno sobre os ativos julgada adequada pela agência é de 14% a.a., a tarifa por unidade de serviço vendida a ser permitida pela agência reguladora deverá corresponder, em R\$, a</p> <p>(A) 2.000,00</p> <p>(B) 2.200,00</p> <p>(C) 2.400,00</p> <p>(D) 2.500,00</p> <p>(E) 2.800,00</p>
<p>68. Assinale a alternativa que apresenta um procedimento que pode ser entendido como um mecanismo para minimizar problemas de seleção adversa.</p> <p>(A) Renovação de seguro de automóveis com desconto para segurados que não sofreram acidentes na vigência do contrato anterior.</p> <p>(B) Participação dos executivos da empresa nos lucros por ela auferidos.</p> <p>(C) Oferecimento de garantia na revenda de automóveis usados.</p> <p>(D) Remuneração do trabalhador agrícola igual a uma porcentagem do produto da terra por ele trabalhada.</p> <p>(E) Estabelecimento de franquias em seguros de automóveis.</p>	

<p>73. As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o art. 149 da Constituição Federal</p> <p>(A) poderão ter alíquotas <i>ad valorem</i> ou específicas.</p> <p>(B) incidirão sobre as exportações de bens e serviços.</p> <p>(C) não poderão ser objeto de substituição tributária.</p> <p>(D) não incidirão sobre as importações de bens e serviços.</p> <p>(E) decorrem da valorização imobiliária do patrimônio do contribuinte.</p>	<p>77. É condição para que uma empresa de capital aberto possa participar do Novo Mercado da BOVESPA a</p> <p>(A) emissão exclusiva de ações preferenciais.</p> <p>(B) adoção de mecanismos que evitem a dispersão do capital.</p> <p>(C) resolução de conflitos societários exclusivamente por meio do Poder Judiciário.</p> <p>(D) disponibilização de balanços semestrais segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade.</p> <p>(E) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores, em hipótese de alienação da companhia.</p>
<p>74. É de competência federal o imposto sobre</p> <p>(A) a circulação de mercadorias e serviços.</p> <p>(B) a propriedade de veículos automotores.</p> <p>(C) a propriedade territorial rural.</p> <p>(D) transmissão <i>causa mortis</i> de bens e direitos.</p> <p>(E) transmissão <i>inter vivos</i> de bens e direitos.</p>	<p>78. É medida de política monetária a ser adotada se o Banco Central quiser reduzir a liquidez da economia:</p> <p>(A) elevar a taxa de juros das operações de redesconto.</p> <p>(B) promover a valorização da taxa de câmbio real.</p> <p>(C) efetuar o resgate de títulos públicos no mercado aberto.</p> <p>(D) reduzir a taxa do depósito compulsório.</p> <p>(E) promover a venda de divisas estrangeiras no mercado de câmbio.</p>
<p>75. NÃO constitui infração da ordem econômica prevista na Lei nº 8.884, de 11-06-1994,</p> <p>(A) conquistar mercado em razão de processo natural fundado em sua maior eficiência em relação a seus competidores.</p> <p>(B) recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, dentro das condições de pagamento normais aos usos e costumes comerciais.</p> <p>(C) açambarcar ou impedir a exploração de direitos de propriedade industrial ou intelectual ou de tecnologia.</p> <p>(D) subordinar a venda de um bem à aquisição de outro ou à utilização de um serviço.</p> <p>(E) vender injustificadamente mercadoria abaixo do preço de custo.</p>	<p>79. Em uma economia aberta com perfeita mobilidade de capitais do exterior, há ocorrência de desemprego voluntário no curto prazo. A política econômica adequada para reduzir a taxa de desemprego, se a economia adotar o regime de taxas de câmbio fixas, é uma política</p> <p>(A) monetária expansiva.</p> <p>(B) de valorização do câmbio real.</p> <p>(C) monetária restritiva.</p> <p>(D) fiscal expansiva.</p> <p>(E) fiscal restritiva.</p>
<p>76. Analise as seguintes afirmações:</p> <p>I. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça à qual cabe, entre outras funções, decidir sobre a existência de infração à ordem econômica e aplicar as penalidades previstas em lei.</p> <p>II. À Secretaria de Direito Econômico (SDE) cabe, entre outras atribuições, proceder a averiguações preliminares para instauração de processo administrativo, em face de indícios de infração da ordem econômica.</p> <p>III. Ocorre posição dominante presumida, como fornecedor, intermediário, adquirente ou financiador de um produto, serviço ou tecnologia a ele relativa, quando a empresa ou grupo de empresas controla 10% de mercado relevante.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>80. O Plano Nacional de Desestatização representou um importante instrumento de implantação da privatização de empresas estatais. Ele foi promulgado no governo do presidente</p> <p>(A) Fernando Collor de Melo.</p> <p>(B) Itamar Franco.</p> <p>(C) Luis Inácio Lula da Silva.</p> <p>(D) Fernando Henrique Cardoso (1º mandato).</p> <p>(E) Fernando Henrique Cardoso (2º mandato).</p>